

APRESENTAÇÃO*

Cleide Francisca de Souza Tano
Robson Luiz de França

O livro *Estado, Democracia e Educação: Igualdade, liberdade e questões sociais no século XXI* é resultado de estudos realizados por docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED-UFU). A organização dessa obra surgiu do interesse em reunir pesquisas desenvolvidas no âmbito da Linha Trabalho, Sociedade e Educação. Conta também com o trabalho desenvolvido pela Dr^a Cleide Francisca de Souza Tano durante o estágio de Pós-doutorado, sendo supervisionada pelo Prof. Dr. Robson Luiz de França.

O Capítulo 1, produzido pela Dr^a Cleide Francisca de Souza Tano e pelo Dr. Robson Luiz de França, intitulado de *DESAFIOS POLÍTICOS E JURÍDICOS NA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL: uma análise histórico-crítica da atuação estatal e do STF e suas implicações sociais*, foi resultado do trabalho desenvolvido no Pós-doutoramento e apresenta uma análise descritiva sobre a atuação do Estado e de estruturas jurídicas e políticas no cenário da pandemia da covid-19 no Brasil; é parte integrante do relatório de estágio de Pós-doutorado desenvolvido no período de junho de 2023 a junho de 2024. A problemática desenvolvida busca compreender posicionamentos do Estado e de estruturas jurídicas e políticas para atender as demandas inerentes aos desafios postos pela covid-19 no Brasil. É emblemático que esta pandemia colocou desafios para além dos que já existiam na sociedade e os estudos contribuem para novos olhares sobre o que está posto inerente à temática na sociedade.

O Capítulo 2, produzido pela mestranda Drielle Fernanda de Azevedo, intitulado de *TRABALHO E EDUCAÇÃO NO CAPITALISMO: um estudo sobre a formação do jovem trabalhador*, aborda a formação do jovem trabalhador no regime do capitalismo de acumulação flexível. Desse modo, a discussão é dividida em três tópicos: trabalho no capital, educação no capital e formação do jovem trabalhador na atualidade. Quanto ao trabalho, percebe-se que os processos de reestruturação do modo de produção, com destaque para os que ocorreram a partir da década de 1970, visaram e visam apenas a garantia da acumulação e expansão do capital, não se relacionando com os interesses e garantia do direito dos trabalhadores. Quanto à educação, percebe-se que esta sempre foi influenciada pelo regime capitalista, desde os seus primórdios até a atual sociedade de acumulação flexível, na qual ela se configura como requisito para que o indivíduo exerça plenamente sua cidadania. Por fim, quanto à formação do jovem trabalhador, esta é incentivada pela ideia de que este precisa se aperfeiçoar continuamente e opera sob o discurso de que basta frequentar a escola para alcançar o sucesso, o que se revela como utopia diante da constatação do atual mercado de trabalho com menores salários e piores condições de trabalho para esses jovens.

O Capítulo 3, produzido pela mestra e doutoranda Nayara Guerra da Silva, intitulado *DOCÊNCIA E GÊNERO NA PERSPECTIVA DO LIBERALISMO*, analisa o

* DOI - 10.29388/978-65-6070-028-4-0-f.6-8

liberalismo enquanto corrente política, econômica e social que enfatiza a importância da liberdade individual, da igualdade perante a lei e da restrição do poder estatal para proteger os direitos fundamentais dos indivíduos. Foram apresentadas concepções de alguns autores acerca das liberdades individuais e da emancipação humana no âmbito do Estado democrático de direito na intenção de responder as seguintes questões: 1) pode-se conciliar a defesa teórica das liberdades individuais com a realidade das relações políticas e sociais?; e 2) é possível uma ordem social realmente justa dentro do liberalismo ou seria necessário ir além dele para realizar a verdadeira emancipação humana?

O Capítulo 4, produzido pela mestrandia Merielle Martins Alves e pelo Dr. Mário Borges Netto, intitulado de *O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) E A GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO: os limites do Estado capitalista na gestão da promoção da dignidade humana*, tem como objetivo apresentar a base teórica constitutiva do liberalismo, tido como uma corrente de pensamento político e econômico que defende a liberdade individual, a propriedade privada, a livre iniciativa e a limitação do poder do Estado. Esta corrente faz parte da ideologia do sistema capitalista e influencia a gestão estatal na condução das ações políticas, econômicas e sociais. A educação no Brasil sofreu, no decorrer dos anos, impactos da gestão liberal explicitando, assim, aspectos contraditórios em relação à aplicabilidade do princípio da universalização de acesso a educação e permanência estudantil garantida por lei. Neste sentido, é apresentado também o arcabouço legal que sustenta o direito a educação na sociedade brasileira e reflexões sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) enquanto possibilidade de permanência dos estudantes no ensino superior público.

O Capítulo 5, produzido pela mestra e doutoranda Maria Geni Pereira Bilio, pela Dr^a Adriana C. Omena dos Santos e pela mestra e doutoranda Rita de Cássia Dias Akegawa, intitulado *CONCILIANDO LIBERDADES INDIVIDUAIS E JUSTIÇA SOCIAL: explorando os limites do liberalismo para a emancipação humana*, versa sobre o processo de precarização do trabalho docente – tanto no aspecto econômico como subjetivo – nas sociedades neoliberais. O neoliberalismo refere-se a uma concepção política e econômica situada doutrinariamente na ideia da desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e, em especial, financeira, além da reordenação do papel do Estado, que abandona o papel de promover o bem-estar social e assume um compromisso com a manutenção do mercado e da concorrência. O trabalho tem por objetivo destacar o neoliberalismo como uma fase do capitalismo que procura combater todo e qualquer tipo de solidariedade, uma vez que a informalidade e o processo de “uberização”, ao passar a falsa ideia de que o trabalhador é “dono” do seu próprio negócio, aumenta não apenas a produtividade e os lucros do capital como a competitividade entre os indivíduos, fazendo com que as pessoas não deem a devida importância para a alfabetização científica.

O Capítulo 6, produzido pela mestrandia Larissa Quirino Lorena Duarte e pelo Dr. Sérgio Paulo Moraes, intitulado de *O TRABALHO INFANTIL E A CONDIÇÃO DE POBREZA*, visa abarcar a visão histórica e suas nuances liberalistas e socialistas no contexto do fator pobreza. Enfatiza-se a importância de não ignorar que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos em fase especial de desenvolvimento, sendo que o trabalho precoce viola a dignidade deles. O trabalho infantil é um fenômeno que possui diversas vertentes, entrelaçando contextos econômicos, sociais, culturais, históricos, dentre outros; ele viola o direito fundamental de crianças e adolescentes ao não trabalho, bem

como limita e até impede o alcance de outros direitos fundamentais. Prediz o art. 227 da Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, todos os direitos fundamentais ali elencados, trazendo à baila a dignidade da pessoa humana, princípio basilar do Estado Democrático de Direito brasileiro. Entretanto, a realidade histórica e hodierna do trabalho infantil nega os elementos caracterizadores do princípio da proteção integral.

O Capítulo 7, produzido pelo mestre e doutorando Lucas Augusto Ferreira Oliveira, intitulado de *A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO BRASIL SOB A ÉGIDE DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS*, tem como propósito investigar a precarização do trabalho docente sob a ótica das atuais políticas neoliberais. Um dos aspectos centrais a serem considerados é a mercantilização do sistema educacional, caracterizada pela priorização de objetivos de mercado, o que resulta na descaracterização do papel emancipatório da educação e na dificuldade de promover uma sociedade mais equitativa e analítica. Além disso, busca-se analisar a compatibilidade teórica entre o neoliberalismo e as intrincadas relações sociais e políticas, suscitando questionamentos sobre a possibilidade de estabelecer uma ordem social verdadeiramente justa dentro dos paradigmas liberais.

O Capítulo 8, produzido pela mestrandia Nicollí Moreira Soares e pelo Dr. Robson Luiz de França – PhD, intitulado de *DEMOCRACIA: a legitimidade das decisões políticas e a importância do debate aberto*, tem como objetivo discutir alguns conceitos e ideias significativos tanto no cenário célebre da Revolução Francesa, quanto no contexto que se apresenta no período atual, como educação, democracia, liberdade, igualdade, dentre outros. Ao discutir conceitos idealizados é possível perceber que a liberdade é um conceito abstrato de autorrealização, ou seja, uma alienação, assim como a democracia e a igualdade. Isto porque a liberdade não pode ser efetiva se não houver uma consciência crítica e emancipada, em que os cidadãos compreendam as escolhas que fazem, participando efetivamente das decisões tomadas, por meio das quais é possível nortear uma sociedade justa e igualitária. Além disso, a igualdade é um termo relativo e romantizado que existe mesmo entre os iguais; ou seja, os pobres são iguais em sua miséria, enquanto os ricos são iguais nas oportunidades criadas por si e para si próprios.